

## PROJETO DE LEI Nº , DE 2020

(Do Sr. Gildenemyr)

Cria o Fundo de Desenvolvimento do Estado do Maranhão (FDMA), e dá outras providências.

## O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica criado o Fundo de Desenvolvimento do Estado do Maranhão (FDMA), de caráter contábil e natureza autônoma que tem por objetivo financiar programas e projetos relevantes para o desenvolvimento econômico e produtivo do estado, de forma a reduzir as desigualdades regionais e sociais, em consonância com as diretrizes do Plano Plurianual.

## Art. 2° Constituem recursos do FDMA:

- § 1º dotações consignadas na lei orçamentária anual da União e seus créditos adicionais;
- § 2º recursos que lhe sejam destinados no orçamento do Estado do Estado do Maranhão e de seus municípios;
- § 3° auxílios, subvenções, contribuições, doações de entidades públicas ou privadas, nacionais ou internacionais, nos termos da legislação vigente;
  - § 4° resultado de aplicações financeiras dos seus recursos;
  - § 5° transferências de outros fundos;
  - § 6° saldos de exercícios anteriores;



§ 7° – outros recursos que lhe sejam destinados.

Art. 3º O FDMA terá como agentes operadores instituições financeiras oficiais federais, a serem definidas em ato do Poder Executivo.

Art. 4º O regulamento estabelecerá o órgão colegiado encarregado de definir as diretrizes para aplicação dos recursos do FDMA e decidir sobre a aprovação dos projetos de empreendimentos produtivos.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

## **JUSTIFICAÇÃO**

De acordo com os dados oficiais mais recentes do Atlas de Desenvolvimento Humano de 2013,¹ feito com base nos dados do Censo Demográfico de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Estado do Maranhão é o penúltimo na lista da Classificação das Unidades da Federação. Ou seja, é o 26º colocado, perdendo apenas para o Estado do Alagoas.

Mesmo com a notícia positiva que avaliando pelo IDH-M, o Maranhão conseguiu sair de 0,476 (em 2000) para 0,639 (em 2010) e, de 0.682 (2016) para 0.687 (em 2017). No entanto, permanece na mesma posição no *ranking* dos estados por IDH-M/2017.

No que se refere à renda, amarga a última posição, com índice que saiu de 0,531 (em 2000) para 0,612 (2010).

Diante deste cenário desfavorável mesmo e de inércia mesmo depois de uma década, entendemos a necessidade de resgatar uma proposta que se perdeu na Casa, mas que representa grande contribuição e importante iniciativa para o povo maranhense.

No entanto, o que se percebe continuamente é a concentração econômica no Centro-Sul do País. Não estamos torcendo contra as demais regiões, mas é notório que os estados mais pobres se encontram notadamente, nas Regiões Norte e Nordeste. Estas que necessitam urgentemente de recursos para viabilizar a concessão dos benefícios que

<sup>&</sup>lt;sup>1</sup> Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. Disponível em: <a href="http://atlasbrasil.org.br/2013/">http://atlasbrasil.org.br/2013/</a>.

lhes permitam implantar políticas e programas para atrair maiores investimentos. Pois, os benefícios fiscais e creditícios vêm sendo bastante utilizados pelas unidades da Federação como forma de atrair empreendimentos produtivos, ampliar a capacidade da economia, diversificar a base produtiva local, com melhor infraestrutura e mão-de-obra mais qualificada o que necessariamente implica na geração de emprego e renda, o que impacta diretamente na melhora dos índices apresentados acima.

Apesar dos baixos índices de desenvolvimento socioeconômico, o Maranhão apresenta incontestável potencial econômico. Possui o segundo maior litoral e o segundo maior terminal portuário do Brasil, o segundo maior rebanho do Nordeste e excelentes recursos naturais para o turismo assim como, para a produção industrial e agropecuária e, para a piscicultura e aquicultura.

Diante disso, a presente iniciativa propõe a instituição do Fundo de Desenvolvimento Econômico do Estado do Maranhão que propiciará as condições adequadas para suscitar a implantação de empreendimentos produtivos com capacidade para a geração de oportunidades de trabalho e renda, a descentralização econômica em prol dos municípios do interior e a modernização e a diversificação da base produtiva.

Com este projeto, associado a outras medidas e ações de âmbito federal e estadual, espera-se reverter com celeridade o quadro de pobreza e miséria que envolve o estado maranhense e trazer prosperidade, crescimento e desenvolvimento para a população e para o Brasil como um todo.

Face ao exposto, peço o apoio dos meus nobres Pares para a aprovação deste projeto.

Sala das Sessões, em de de 2020.

Deputado Gildenemyr (PL/MA)